

Guantánamo: o desafio democrata

Guantánamo: a challenge for the democrats

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 100, nov. 2008 [p. 9 a 10]

Ao longo da campanha presidencial, os democratas tiveram a oportunidade de auferir ganhos políticos de várias maneiras, em face do histórico deplorável da administração George Bush: uma delas decorreu da política obtusa da Casa Branca concernente ao tratamento dispensado aos prisioneiros dos conflitos do Iraque e do Afeganistão.

Sob justificativa oficiosa de conter mais celeremente movimentações extremistas nas áreas citadas e garantir a segurança de sua própria população, os Estados Unidos destinaram aos aprisionados, especialmente aos mantidos na base militar de Guantánamo, condições abaixo das estipuladas em convenções internacionais. Isto resultou em denúncias constantes de maus tratos e de restrições à preparação da defesa dos detidos – muitos nem sequer eram formalmente acusados.

Destarte, Guantánamo tornou-se um símbolo negativo para o governo norte-americano em sua oposição ao terrorismo. O desrespeito ao direito internacional na guarda dos encarcerados minou muito do apoio à gestão Bush e, por conseguinte, desgastou-o tanto aos olhos do eleitorado estadunidense, a partir do segundo mandato, como aos dos governos em sua colaboração ora logística ora militar nos últimos anos.

Assim, desativar o presídio militar torna-se um imperativo moral para o vindouro presidente Barack Obama, caso se almeje reposicionar a política externa perante os países aliados. Contudo, o fechamento por si não encerraria o problema: há questões de ordem prática sobre as quais Washington deve debruçar-se no primeiro semestre de 2009.

Uma delas refere-se ao aproveitamento dos resultados das atividades lá desenvolvidas. Seria

possível validar o levantamento de provas até o momento? Para onde seriam deslocados os cativos? Para solo norte-americano ou para seus países de origem? Apurações levadas a cabo por meio de procedimentos ilegais originariam, por seu turno, novos inquéritos tendo por alvo os antigos investigadores, sendo vários deles de origem militar?

Ressalte-se que muitos presos podem ter sido simplesmente vítimas de rixas ou de desavenças políticas tribais ou de suspeição de crimes comuns. No entanto, em vista da presença de forças ocidentais, líderes locais podem tê-los encaminhado sob a acusação oficiosa de simpatia ou mesmo de apoio a atividades terroristas.

Incapaz, naquele momento, de apurar a veracidade das informações, o aparato administrativo dos países da coligação ocupante optou pela tramitação mais cômoda: remeter muitos acusados para Guantánamo ou ainda para um local secreto de detenção. Neles, os suspeitos poderiam não revelar nada útil, nem sob o manto de métodos heterodoxos de interrogação, por realmente não terem envolvimento com rotinas extremistas.

Diante de tantos descaminhos nos últimos anos, um possível rumo para tentar remediar a situação dos Estados Unidos seria a formação de uma comissão parlamentar para acompanhar o desenrolar da apuração, a fim de que o tema não parecesse mera desforra dos democratas, tendo por objetivo desgastar ainda mais os republicanos.

Acatar o teor das prescrições do direito internacional permitiria ao futuro presidente democrata mais condições para manter a frágil coesão das tropas multinacionais, especialmente no Afeganistão, desorientadas acerca de quem de

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

fato se deve combater por causa da dificuldade de se diferenciar na população o adepto do terrorismo antiamericano do combatente em prol da expulsão de efetivos estrangeiros.

Na prática, as convenções de Genebra terminam por ser desrespeitadas diante do emprego de táticas de contra-insurgência, aplicadas com a utilização de canhões e aviões pelas forças transatlânticas. Por meio delas, os danos a civis são classificados de efeitos colaterais. Destaque-se que os textos genebrinos foram objeto de uma emenda de 1977 exatamente por causa dos efeitos da Guerra do Vietnã.

Bastante desesperançados, os governos participantes da guerra não enxergam mais, no curto prazo, a possibilidade de obtenção de uma vitória militar ou de uma justificativa razoável para os eleitores cada vez mais insatisfeitos com altos gastos de tal empreendimento, principalmente após a emergência da crise econômica. Destaque-se que a retirada em si não finalizaria imediatamente os custos porque há milhares de feridos cujos tratamentos se estenderão por anos.

Uma justificativa plausível para a manutenção de contingentes é a valorização da aliança *lato sensu* com os Estados Unidos como é o caso do Canadá, por exemplo, ou da Grã-Bretanha. Contudo, o cerne da parceria para os demais países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte não se sustenta apenas em considerações de poder no plano

multilateral, mas principalmente na renovação do primado dos direitos humanos, tema mais caro aos europeus.

Às vésperas da efeméride das seis décadas da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, os democratas teriam a oportunidade de distanciar-se de fato dos republicanos se enunciassem, perante a opinião pública internacional, a intenção de respeitar – não apenas de evocar – as diretrizes humanitárias onusianas.

Recebido em 25/11/2008

Aprovado em 30/11/2008

Palavras chaves: Estados Unidos, terrorismo, eleição presidencial

Key words: United States, terrorism, presidential election

Resumo: o artigo trata da eleição presidencial dos Estados Unidos. Aborda o desafio dos democratas em reformar o sistema prisional destinado ao combate do terrorismo.

Abstract: the article deals with the presidential election in the United States. It discusses the challenges the democrats face to reform the penitentiary system that fights against terrorism.

